

POLÍTICA LINGÜÍSTICA: A IDENTIDADE DO PROFESSOR DE PORTUGUÊS SOB A FORÇA DA LEI

Alex Pereira de Araújo ¹¹⁶
(UESC)

Elida Paulina Ferreira ¹¹⁷
(UESC/CNPq)

RESUMO

Utilizando a abordagem discursivo-desconstrutiva, este trabalho busca refletir sobre a política linguística nacional veiculada nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Português (ensino fundamental) cujo discurso se traduz em um método sofisticado de controle e em uma forma eficaz de gerir a mudança (LAWN, 2001, p. 117). Nesta perspectiva, podemos dizer que a construção da identidade é uma operação totalmente ideológica (RAJAGOPALAN, 1998, p. 42) porque na maioria das vezes é veiculada pelos sistemas educacionais. Através dessa abordagem, pretende-se apresentar e discutir os resultados analisados, cujo foco recai sobre as representações da(s) identidade(s) e competências construídas para os professores neste discurso, representações sociais da profissão do professor na sociedade contemporânea brasileira, marcada pelos acontecimentos que sucederam ao período ditatorial, portanto, a fase de redemocratização do país e de modernização do Estado frente às exigências da mundialização. Esperamos, com isso, contribuir para a construção de uma política de formação de professores sensível às diferenças culturais e identitárias dos professores no Brasil neste momento em que a questão da identidade vem sendo discutida, sobretudo, no campo da Linguística Aplicada (LA), quando se identifica a crise das identidades produzidas pelos Estados em políticas linguísticas que tentam fixá-las como constatam Silva, 2000; Hall, 2000; Coracini, 2003. É no caminho da linguagem, no processo de constituição discursiva do governo e dos efeitos de sentido que ela, a língua(gem), produz nos sujeitos (no caso em questão os professores de língua portuguesa) que analisamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (de Português como L1) tendo em vista que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2008, p. 45).

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Política linguística; Professor; Identidade.

¹¹⁶ Graduado em Letras pela Universidade Estadual Santa Cruz (Uesc). Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

¹¹⁷ Profa. Doutora em Linguística pela Universidade Estadual Santa Cruz (Uesc).

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como foco a fabricação ou produção de identidade para professores (LAWN, 2001), especificamente para os professores de português (como língua primeira, daqui em diante L1, que atuam no Brasil) enquanto ação de uma nova política linguística e/ou educacional brasileira sancionada e regulamentada nos últimos anos e divulgada através da publicação de documentos oficiais - Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e Orientações Curriculares (BRASIL, 2006) para refletir sobre tal processo como parte dos eventos e efeitos de algo maior que a política local, isto é, da mundialização ou transnacional das fronteiras, da economia globalizada cuja materialização e circulação percebemos principalmente no plano de discurso(s) que “instaura(m) a autoridade ou o poder do Estado” (DERRIDA, 2007). Nesta perspectiva, tal leitura tem como propósito perceber a dissimulação da textura, a lei de sua composição e a regra do seu jogo (DERRIDA, 2005, p. 7) para discutir o tipo de sujeito que tal discurso constrói, questionando aspectos relevantes para compreender o processo de representação identitária produzido por sujeitos para sujeitos inscritos no jogo da língua(gem), para expor o não-dito em a sua ordem elíptica (com sua força de Lei), ou no dizer de Derrida (2007, p.7), “uma força autorizada, uma força que se justifica ou que tem aplicação justificada, mesmo que essa justificação (sic) possa ser julgada, por um lado, injusta ou injustificável”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fundamentação dessa pesquisa, de caráter interpretativo, tem como alicerce a perspectiva discursivo-desconstrutiva, amplamente divulgada por Coracini (2003 a, 2003 b) no campo da LA, ou seja, “uma abordagem discursiva que encontra ora em Pêcheux, ora em Foucault o seu arauto, a psicanálise freudiana e lacaniana (de um certo Freud e de

um Lacan) para compreensão do sujeito e da subjetividade, além da desconstrução que se inspira em Derrida, responsável pela problematização de tudo e de todos” (CORACINI; ECKERT-HOFF, 2010). Anterior a esta prática, podemos encontrar na literatura dos estudos da Análise de Discurso de linha francesa (praticada no Brasil) trabalhos como os de Haquira Osakabe, *Argumentação e Discurso Político* (1979), de Eni Pulccineri Orlandi, *A linguagem e seu funcionamento* (1983) e de José Luiz Fiorin *O regime de 1964: discurso e ideologia* (1988; num casamento entre alguns fundamentos da AD com uma base de semiótica de orientação greimasiana); bem recentemente, destacam-se o trabalho de Freda Indursky, *A fala dos quartéis e outras vozes* (1997) e de Mônica Graziela Zoppi-Fontana, *Cidadãos Modernos: discurso e representação política* (1997) que, de certa forma, contribuíram para a composição desta nova perspectiva apresentada por Coracini. Em outras palavras, há um diálogo entre a perspectiva da AD com os estudos da LA realizados por Coracini em que o ponto de intersecção é o conceito de discurso e a própria análise lingüística deste acontecimento que envolve o político e linguagem na construção dos sentidos produzidos por sujeitos para sujeitos. Nesta perspectiva, a análise realizada nos permite identificar qual a identidade “fabricada” pelo Estado para o professor como necessidade da política global de um mundo Pós-moderno (contexto histórico) e dos novos discursos do poder. Assim, verificamos a configuração da moldura da nova identidade a partir de enunciados presentes no PCNs de língua portuguesa: a) *o professor como mediador*; b) *o professor como aquele que detém a habilidade e competência lingüística*; c) *o professor como gerenciador de conteúdos e recursos didáticos*, e, e) *o professor como criador de condições para cidadania*. Mas esta identidade demanda condições de trabalho que não existem na maioria das escolas brasileira. Tal desencontro promove a violência simbólica por diversas razões: uma delas é a dificuldade que os professores encontram frente às novas exigências, a outra é ser culpado pelo fracasso escolar.

CONCLUSÕES

O discurso aqui analisado se apresenta como uma necessidade, a falta de uma referência curricular nacional e justifica-se ao usar como principal argumento os baixos níveis da escola básica no Brasil com índices inaceitáveis mesmo em países muito mais pobres. Dentre os entraves para o sucesso escolar, está a evasão e a exclusão. Do ponto de vista político, entraves que impedem a igualdade social e, conseqüentemente, o exercício da cidadania na democracia brasileira, por isso a ação política do governo que convida especialistas para ajudar a mudar esse quadro. Mas para criar tal referência é preciso mexer nos sentidos da estrutura escolar com novas identidades para o sujeito-aluno e o sujeito-professor. E tal ação é permeada pela violência simbólica, tendo a força de Lei.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** – Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Secretaria de Educação Básica. Orientação curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias.** Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2006.

CORACINI, M. J. **O discurso da lingüística aplicada e a questão da identidade: entre a modernidade e a pós-modernidade.** In: **BERTOLD, E. S. & _____. (Orgs.) O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre a sala de aula.** – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003a.

_____. **O olhar da ciência e a construção da identidade do professor**

de línguas. In: BERTOLD, E. S. & _____. (Orgs.) O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre\na sala de aula. – Campinas: Mercado de Letras, 2003a.

_____. Subjetividade e identidade do (a) professor (a) de português. In: _____. (Org.). identidade e discurso: (des) construindo subjetividades. Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003b.

_____. ; ECKERT-HOFF. (Orgs). Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela. Campinas, SP: Mercado de letras, 2010.

DERRIDA, J..A farmácia de Platão. Tradução de Rogério da Costa. . São Paulo: Iluminuras, 2005.

_____. Força de Lei: fundamento místico da autoridade. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LAWN, M. Os Professores e a Fabricação de Identidades. In: Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, p. 117-130, Jul/Dez 2001.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RAJAGOPALAN, K.O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para reconciliação radical? In: SIGNORINI (Org.) Língua(gem) e identidade. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Vozes: Petrópolis, 2000.

